

**A Estrutura Sócio-econômica**

Além de uma distinção histórico-estrutural entre um setor moderno e um setor tradicional, adotamos uma classificação sócio-econômica dos agentes econômicos, baseada nas relações de produção existentes no sistema e, portanto, no tipo de renda auferido. Ao invés de adotarmos uma distinção dual, entre capitalistas e trabalhadores, que é usada implícita ou explicitamente não apenas pela economia marxista, mas também pela economia neoclássica, adotamos uma classificação tripartite: capitalistas que auferem lucros, R, tecnoburocratas em sentido amplo, que recebem ordenados, O, e trabalhadores que recebem salários, W.

A adoção de uma classificação qualquer depende do momento histórico em que nos situemos. Ricardo adotou uma classificação tripartite entre senhores de terra, capitalistas e trabalhadores, porque em sua época os senhores de terra ainda eram suficientemente significativos para ser distinguidos dos capitalistas. Além disso, a renda que recebiam, o aluguel ou rendimento, obedece a leis diversas das que governam os lucros dos capitalistas. Embora sem negar este fato, tanto Marx quanto os economistas ortodoxos neoclássicos ignoraram os senhores de terra em seus modelos simplificados. O rendimento já não era para eles significativo, na medida em que capitalistas e senhores de terra haviam-se confundido social e economicamente e que os últimos haviam perdido importância estratégica dentro da formação social vigente. Os rendimentos foram assim incorporados aos lucros, a título de simplificação.<sup>76</sup>

<sup>76</sup> O rendimento poderá voltar a ser economicamente significativo, exigindo tratamento explícito da teoria econômica, na medida em que os recursos naturais se tornem escassos e que a remuneração daqueles que o detêm aumente muito fortemente, como aconteceu recentemente com o petróleo.

Com o desenvolvimento do capitalismo, porém, tivemos o conhecido processo de crescimento e burocratização das empresas e do Estado. Para administrar estas organizações burocráticas, ou para assessorá-las e desenvolvê-las tecnologicamente, surgiu uma nova classe média que recebe ordenados. Enquanto que a antiga classe média era constituída basicamente de pequenos proprietários (capitalistas, portanto), ou de trabalhadores autônomos (profissionais liberais, principalmente), a nova classe média é constituída de administradores burocráticos, funcionários e técnicos dos mais variados tipos, que recebem ordenados. A importância estratégica desta camada social<sup>77</sup> é crescente nos sistemas econômicos contemporâneos, exigindo que a teoria econômica os distinga dos trabalhadores. Além disso, sua remuneração é pautada por leis diversas das que regem os salários dos trabalhadores engajados diretamente na produção.

A teoria econômica moderna ainda não reconheceu esta distinção. Exceção notável a esta regra está nos trabalhos pioneiros e fundamentais para a compreensão da economia moderna de Kalecki (1968 e 1971). Nestes trabalhos, escritos em sua maioria durante os anos trinta, o grande economista, cuja obra teórica antecede em grande parte a macroeconomia keynesiana, distingue em diversos momentos salários de ordenados, a fim de poder desenvolver sua análise do sistema capitalista.

E, de fato, esta distinção é essencial. O total de salários constitui-se em um custo variável dentro do sistema, que aumenta ou diminui de acordo com as variações cíclicas da produção. Já os ordenados constituem-se em um custo relativamente fixo. A taxa de salários é determinada a longo prazo pelo custo de reprodução da mão-de-obra e a curto prazo, pelas variações na demanda e na oferta de trabalhadores. Já a taxa de ordenados ou ordenado médio é determinada a longo prazo pelo processo de estratificação hierárquica implantado nas organizações burocráticas e pelo poder de barganha crescente que os tecnoburocratas tendem a ganhar dentro das mesmas.

A procura de tecnoburocratas não está diretamente relacionada com as necessidades da produção. Ao contrário do que acontece com os

<sup>77</sup> Camada social é um tipo de estrato social menos rígido do que o de classe social. Enquanto que este, em sua forma originária, está diretamente ligado a propriedade ou não-propriedade dos meios de produção, no quadro do sistema capitalista clássico, a camada social depende fundamentalmente da educação e da profissão. Para uma discussão do assunto ver Bresser Pereira (1974, pp. 88 a 103). As camadas sociais tendem a substituir as classes sociais nas formações sociais tecnoburocráticas. Já estão presentes, todavia, nas formações sociais capitalistas sob influência do modo de produção tecnoburocrático em emergência.

operários, nunca é possível determinar qual o número de tecnoburocratas necessários para um certo nível de produção. Desta forma, e por motivos ideológicos óbvios, a demanda pode ser sempre considerada “grande” em relação a uma oferta de tecnoburocratas sempre também considerada “pequena”. Legitimam-se, assim, em um nível em que o econômico e o ideológico se confundem, ordenados crescentes dos tecnoburocratas permanentemente “escassos”, que assim se apropriam de uma parte do excedente econômico.

O poder e a participação crescente na renda dos tecnoburocratas derivam do fato de dominarem um fator estratégico de produção: o conhecimento técnico e organizacional.<sup>78</sup> A medida que este fator de produção se torna fundamental nas sociedades industriais modernas, dominadas por grandes organizações burocráticas, que manipulam uma tecnologia de produção altamente sofisticada, o poder de barganha dos tecnoburocratas aumenta. Este poder crescente é legitimado através do desenvolvimento de uma ideologia tecnoburocrática, que facilita também sua participação crescente no excedente econômico.

Enquanto os ordenados são um tipo de remuneração ao trabalho, eles podem ser considerados conjuntamente com os salários. Na medida em que eles participam do excedente econômico, eles devem ser considerados conjuntamente com os lucros. Aceita a hipótese de que os trabalhadores recebem apenas o equivalente ao custo da reprodução da mão-de-obra, o excedente é igual ao lucro mais os ordenados, menos o consumo necessário de capitalistas e tecnoburocratas. Na medida, finalmente, em que os ordenados remuneram o conhecimento técnico e organizacional, eles devem ser considerados isoladamente de salários e lucros.

Podemos, assim, em nosso modelo, distinguir três tipos de remuneração — lucros, ordenados e salários —, correspondentes aos três agentes econômicos básicos — capitalistas, tecnoburocratas e trabalhadores. Em termos de remuneração dos fatores, a renda pode, portanto, ser assim definida:

$$Y = W + O + R \quad (2)$$

em que

Y = renda interna líquida

W = total de salários

<sup>78</sup> Sobre o fator estratégico de produção ver Galbraith (1968). É essencial incluir como fator estratégico de produção não apenas o conhecimento técnico mas também o organizacional, ou seja, a capacidade de administrar organizações burocráticas (Bresser Pereira, 1972, b, Cap. I, 2).

O = total de ordenados

R = total de lucros

## O Produto e a Demanda

Já examinamos o produto ou a oferta global da economia sob um aspecto histórico-estrutural, quando distinguimos o setor moderno, M, do setor tradicional, D. Devemos agora fazer uma segunda distinção, quanto aos tipos de produtos produzidos. Não adotaremos uma classificação funcional, do tipo produtos primário, secundário e terciário ou simplesmente de produtos industriais e não-industriais. Para os objetivos desta análise, necessitamos de outra classificação que leve em consideração o tipo de demanda que os bens vão ter. Com base nesse critério, dividimos a economia em três departamentos produtivos:

- departamento J, produtor de bens de capital;
- departamento V, produtor de bens de consumo de luxo ou bens de consumo dos tecnoburocratas e dos capitalistas;
- departamento B, produtor de bens de consumo básicos ou bens de consumo dos trabalhadores.

Esta classificação é também usada por Kalecki (1968, pp. 45 a 52) e constitui uma ampliação da classificação de Marx, com a inclusão do departamento V. Convém apenas observar que Kalecki não se refere aos ordenados, quando define o departamento V (1968, p. 45). É óbvio, todavia, que os bens de luxo são consumidos não apenas pelos capitalistas, desde a pequena burguesia até aos muito ricos, mas também pela classe média que recebe ordenados, ou seja, pelos tecnoburocratas.

Os bens de capital, J, compreendem todos os bens utilizados na produção de outros bens. Incluem, portanto, equipamentos e construções industriais, comerciais e públicas, cujo fluxo se define através da taxa de depreciação. Os bens de luxo, V, são os bens consumidos pelos tecnoburocratas e capitalistas. Incluem os automóveis, os aparelhos de alta-fidelidade, as geladeiras, os aparelhos de televisão a cor, eletroportáteis sofisticados e produtos mais caros e sofisticados das demais indústrias, inclusive da indústria de alimentação, da indústria têxtil. Incluem-se também entre os bens de luxo as residências finas e os serviços de luxo em hotéis, restaurantes, clubes. Os bens básicos, B, finalmente, compreendem todos os bens de consumo necessários à sobrevivência e reprodução dos trabalhadores. Esta classificação diz respeito apenas aos bens

finais. Os bens intermediários entram na composição dos três tipos de bens finais. Para efeito de nossa análise, contudo, consideraremos os bens intermediários básicos, como aço, petróleo, produtos petroquímicos e energia elétrica, como pertencentes ao departamento J. Como as máquinas, as matérias-primas destinam-se à produção de outros bens. Apenas as matérias-primas agrícolas são consideradas no departamento B.

Temos, portanto, que a renda, Y, pode também ser assim expressa em termos de produto:

$$Y = J + V + B \quad (3)$$

Existem, evidentemente, áreas cinzentas entre os setores. Especialmente entre os setores V e B, as áreas imprecisas são grandes. É comum considerarmos os bens eletrodomésticos como pertencentes ao departamento V. No entanto, certos eletrodomésticos, como o televisor branco e preto e mesmo a geladeira, vão ficando cada vez mais populares. Em contrapartida, as indústrias tipicamente produtoras de bens básicos, como a indústria têxtil e a da alimentação, produzem também bens de luxo, especialmente quando controladas por capitais estrangeiros.

A esta classificação do produto ou da oferta agregada por departamento corresponde uma classificação da despesa ou demanda agregada.<sup>79</sup> A despesa, Y, que contabilmente se equaliza com o produto e com a renda, pode, portanto, ser expressa em termos de investimentos e consumo de bens de luxo e de bens básicos:

$$Y = I + C_V + C_B \quad (4)$$

em que

I = investimento líquido

C<sub>V</sub> = consumo de bens de luxo

C<sub>B</sub> = consumo de bens básicos

<sup>79</sup> Para os efeitos desta análise não interessa distinguir entre despesa (conceito contábil *ex-post*) e demanda (conceito econômico *ex-ante*).